

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO NO , DE 2019

(Da Sra. REJANE DIAS)

Requer a realização de Audiência Pública para debater o endividamento da população brasileira e o papel da educação financeira.

Senhor Presidente:

Requeiro, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que a Comissão de Educação realize audiência pública para debater o dramático nível de endividamento das famílias brasileiras e a importância de se buscar caminhos para enfrentar o problema, inclusive por meio do fortalecimento da educação financeira de nossa população. Com esse objetivo, sugerimos que sejam convidados:

- Representante do Ministério da Economia
- Representante do Banco Central do Brasil
- Representante do Ministério da Educação
- Representante da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil)

JUSTIFICAÇÃO

A associação da histórica pouca familiaridade com o crédito e da precária educação financeira de nossa população, por um lado, e as eficientes – e nem sempre transparentes – ferramentas de marketing do setor financeiro, por outro, redundam frequentemente em contratações irrefletidas, cujos custos restam, infelizmente, por sobrecarregar a capacidade econômica dos devedores e por colocar em risco a subsistência de muitas famílias.

As estatísticas emprestam contornos dramáticos à realidade do endividamento na sociedade brasileira. Os 60% de famílias endividadadas e os quase 30% (63 milhões) de brasileiros em situação de inadimplência revelam a urgente necessidade de avanços em políticas públicas para enfrentar esse quadro.

A experiência internacional e a mobilização de entidades de proteção ao consumidor no País apontam para alguns dos instrumentos que podem ser empregados na prevenção e no tratamento do superendividamento: dever ativo de informação e de conhecimento do cliente pelas instituições bancárias, restrições às propagandas que estimulem o crédito “irresponsável”, criação de legislação que discipline a recuperação extrajudicial ou judicial dos devedores, entre outros.

Mas não há, efetivamente, caminho mais seguro do que o de fomentar a consciência financeira nos brasileiros. E é justamente com a finalidade de refletir sobre as ferramentas disponíveis para transformar a educação financeira em um patrimônio intelectual de cada brasileiro que propomos a realização de audiência pública.

Como foro permanente de diálogo e de produção de normas dirigidas ao desenvolvimento educacional de nossa sociedade esta Comissão não pode se furtar a contribuir na busca de soluções para o endividamento de nossas famílias, um problema que vem alcançando dimensões colossais e fragilizando a dignidade de nossa população.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputada REJANE DIAS